

NÚBIA REGINA MOREIRA (UESB)

31º ENCONTRO DA ANPOCS

ST: 18: Estudos de Gênero: teoria e pesquisa

FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO: IGUALDADE, DIFERENÇA E
REPRESENTAÇÃO.

22 a 26 de outubro de 2007
Caxambu/MG.

Introdução

O presente texto amplia uma discussão iniciada durante o meu curso de mestrado durante o qual desenvolvi uma pesquisa sobre o feminismo negro brasileiro focalizando os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Na pesquisa do mestrado as questões que compareceram no trabalho foram na direção de entender, definir e levantar indicativos para o feminismo negro, visto que tal caracterização não era presente nas mulheres que compunham o chamado movimento de mulheres negras, notadamente no Rio de Janeiro e São Paulo.

Durante o percurso da pesquisa durante os momentos em que eu ia juntando ou montando as peças que possibilitavam entender tal movimento, as apresentações dos discursos da representação política vinham articuladas a busca de uma identidade negra feminina que desenharia uma diferença ainda que meramente racial com as feministas tradicionais, brancas e de classe-média.

Guiada por essa discussão que se pautava em articular em pólos distintos ou às vezes do mesmo lado identidade e diferença, já que para demarcar a diferença era preciso afirmar uma identidade de mulher negra, foi que se constituiu no interior do movimento de mulheres negras a identidade feminista.

A constituição do feminismo negro ou das feministas negras se deu a partir de uma destituição de um modelo único de identidade feminina negra que ao estabelecer uma tensão, cria espaço para apresentação de discursos sobre a diferença entre as mulheres negras, que são marcadas não mais pela raça (já que todas as mulheres pesquisadas se autotransformaram como negras), mas diferenças marcadas pela escolarização, orientação política-partidária; práticas sexuais e consumo.

Essas diferenças acima pontuadas serão os terrenos por onde as lideranças do feminismo negro definirão a condução dos espaços de objetivação de lutas pela representação no interior do campo político feminista.

Portanto o texto apresentará uma rápida caracterização das particularidades do feminismo negro no Rio de Janeiro e São Paulo, focalizando a discussão sobre identidade e representação nos movimentos de mulheres negras desse dois estados. Mais adiante farei uma comparação entre o feminismo britânico, norte-americano e brasileiro no que diz respeito ao tratamento dado a discussão da diferença. Por fim, e seguindo a mesma esteira será pontuada uma discussão entre a igualdade e diferença,

com suporte teórico analítico feminista, cuja preocupação está em ajustar e adequar a problematização da igualdade à desigualdade e não à diferença.

O movimento de mulheres negras¹: formação, representação e identidade

O movimento de mulheres negras no período compreendido entre 1985 e 1995 é fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e autônomas², que pode ter seu marco no final dos anos 70 quando conforme informação fornecida, um grupo de mulheres no Rio de Janeiro denominado de Nizinga começa a se organizar com o propósito de construir um feminismo que desse conta da história das mulheres negras.

Muitas militantes do movimento de mulheres negras tiveram experiências políticas no feminismo tradicional³ e no movimento negro. Algumas ainda tiveram experiências em partidos políticos tanto de esquerda como de direita.⁴

O movimento de mulheres negras, ou a organização das mulheres negras brasileiras, analisado nesse trabalho, que amadurece na década de 80, é fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista e é também o espaço de tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes da urgência das demandas étnico-racial e de gênero.

É na condição de militantes no interior do movimento negro que algumas mulheres começaram a questionar o papel secundário reservado a elas nos rumos da administração e das deliberações das entidades que compunham o movimento negro⁵,

¹ Movimento de mulheres negras será considerado como uma fase anterior à incorporação e identificação por parte de suas militantes feministas. Algumas mulheres por mim entrevistadas apontam para uma diferença que consiste em demarcar que o feminismo estava mais interessado com a questão macro-estrutural e o movimento de mulheres se voltava mais para a questão do cotidiano e da experiência.

² GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil Contemporâneo: o Percurso Intelectual de um Ideário Político. In: *Boletim Informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 28, 1989. Autonomia nesse contexto se refere à independência em relação às organizações partidárias, administrativas, governamentais.

³ Feminismo tradicional é aqui caracterizado como um espaço de lutas por igualdade de direitos comandados por mulheres brancas, de classe média alta e intelectualizadas.

⁴ Segundo BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995. “Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual do pensamento e das ações políticas”. O autor ainda apresenta ambigüidade acerca dessa díade.

⁵ A experiência com o mundo público, ou melhor, com o mundo da rua é vivenciada historicamente pelos homens com maior constância. Essa habilidade que é educacional engloba desde legitimidade para representação a manejo para atividades administrativo-financeiras. No interior das organizações negras das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, essa mesma lógica se repete com outros contornos. Como

embora comparecem compreensões diferenciadas acerca da participação das mulheres negras nessas entidades. O que se pode pontuar é que, para algumas mulheres negras que declararam que sua militância política se inicia no movimento negro, a preocupação está em discutir o papel da mulher negra, isto é, inserir nas pautas de discussões e reivindicações dos movimentos negros, as especificidades da condição das mulheres negras. Bairos (1998) afirma que é por meio da militância feminina que se:

[...] começou a identificar uma distância entre o discurso, que geralmente é de exaltação à mulher negra e a prática desses homens, que é de confinamento da mulher militante ao tarefismo, à ausência de representatividade nas instâncias de direção do movimento negro. Nesse ponto se instala uma disputa surda, onde o homem vê a militante como alguém que concorre com ele, dentro de um espaço que ele julgava a salvo de obstáculos.

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras⁶. Em momentos anteriores, porém, há vestígios de participação de mulheres negras no Encontro Nacional de Mulheres, realizado em março de 1979.

No entanto, a nossa compreensão é que, a partir do encontro ocorrido em Bertioga, se consolida entre as mulheres negras⁷ um discurso feminista uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista.

Segundo Werneck (1997), essa negação, embora persista após Bertioga, tende a ganhar menos força, pois uma das reivindicações do movimento de mulheres negras

estamos falando de instituições, às mulheres cabiam as tarefas voltadas para os bastidores; aos homens cabiam as tarefas que requeriam exposições de suas figuras.

⁶ No período aqui estudado podemos listar alguns encontros e seminários, a saber: I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988); II Encontro Nacional de Mulheres Negras (1991); I Seminário Nacional de Mulheres Negras (1993); Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras (1993); II Seminário Nacional de Mulheres Negras (1994); etc.

⁷ Para fins explicativos, mulheres negras serão aqui concebidas e definidas pelo termo que é utilizado pelas feministas negras que incorporam a diversidade de estilos de vida e ainda é usado como retenção de uma categoria indiferenciada para análise sobre o terreno em que as mulheres negras são unidas pela força do racismo. (tradução minha). KNOWLES, C.; MERCER, S. Feminism and antiracism: an exploration of the political possibilities. In: *Race, Culture & Difference*, London: Sage Publications, 1992.

durante o período de 1985 a 1995 era a construção de uma identidade feminina negra⁸.

Para algumas militantes, essa identidade feminina negra era voltada para:

[...] Afirmação das mulheres negras como pessoa, como facção política, como sujeito político, era uma afirmação do valor da identidade das mulheres negras como um grupo coeso [...].

E dois anos após o Encontro de Bertioga, já em 1987, no IX Encontro Nacional Feminista em Garanhuns/PE, participaram duzentas mulheres negras, que, além de denunciarem a ausência de debates sobre a questão racial, ainda promoveram reuniões no interior daquele encontro para discutir suas questões específicas.

Embora haja esse discurso acerca do feminismo tradicional por parte de algumas mulheres negras, o sentimento de rejeição se pautava, segundo Lemos (1997), na banalização por parte do movimento feminista acerca das bandeiras levantadas pelas demandas cotidianas das mulheres negras. “Quando nós reivindicávamos creche, o movimento feminista falava: ‘isso não é feminismo; por que mulher tem que estar ligada à criança?’ Claro, as crianças delas têm babá”!

A proximidade do movimento de mulheres negras com o movimento feminista apresenta alguns conflitos de ordem da condução das demandas prioritárias, contudo é o feminismo que vai dá sustentação político-prática às organizações das mulheres negras, “pois a mulher negra ao perceber a especificidade de sua questão, ela se volta para o movimento feminista como uma forma de armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciadas” (BAIROS, 1988)⁹.

O feminismo traz uma contribuição importantíssima, do ponto de vista de uma visão de mundo. Mas as feministas também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante dos mecanismos de discriminação racial (BAIROS, 1988).

⁸“A identidade é, pois, uma representação, uma necessidade de auto-reconhecimento e do reconhecimento pelos outros para organizar e tornar visível o grupo. Mas, como a representação não estabelece uma relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas, ela mascara as diferenciações internas, não homogênea de fato”. MARQUES, S. Movimento de mulheres: pensando uma identidade relacional. *Revista Symposium*, Ano 4, n. especial, dez/2000.

⁹ Bairro (1988) argumenta que as questões levantadas pelas feministas formadas na fase inicial de mulheres brancas de classe média impediam a inserção das mulheres negras e das suas demandas no interior do movimento.

A tensão entre o movimento de mulheres negras e o feminismo, “que faz uma leitura do cotidiano e do imaginário das mulheres de classe média”, é contemporânea à crítica ao modelo de identidade feminina universal abstrata que se instaura no interior do feminismo mediante as vozes de outras mulheres que não se sentiam representadas por essa identidade.

As conquistas das organizações de mulheres não brancas do Canadá, Inglaterra e Estados Unidos, no que diz respeito às críticas que estas mulheres fizeram ao feminismo daqueles países, ressoam tardiamente no Brasil e aos poucos vão sendo incorporadas “nas agendas dos estudos da mulher no Brasil” (CALDWELL, 2000, p. 94). Aliado a essa rejeição ao modelo de mulher universal, assiste-se também, no seio dos movimentos sociais, a um questionamento acerca das diferenças e das identidades que são constituídas com base no ataque à “igualdade”.

Pierruci (1999) observa que a rebelião das identidades é tributária de uma inscrição das diferenças que tem como instrumento de exposição política o corpo. O autor então adverte:

A rebelião contra as formas abstratas e as regras gerais, ou seja, a rejeição do homem universal, da igualdade humana genérica, de cidadania cosmopolita e global aparece hoje como elemento central das tentativas de fundar sobre o corpo enquanto tal uma nova hierarquia de valores. Hierarquia de valores este que lança mão da natureza para hierarquizar o que a natureza apresenta apenas como diferença, como diversidade não hierarquizável. Os pertencimentos primários e “naturais” (sexo, etnia, raça, idade, pele, região) tornam-se para muitos a base – física – e sobre a qual se edificam de novo, se reinventam, se criam e se recriam celebrativamente comunidades parciais e identidades específicas, as quais não reconhecem nenhuma validade às esferas mais gerais de pertença. O que os sujeitos têm em comum não é mais o domínio do abstrato definido pela universalidade efetiva da espécie [...], mas sim aquilo que faz do grupo “material” o portador de uma diferença significativa – de cor, de sexo, de origem, de sangue (PIERUCCI, 1999, p. 109-110).

Adverte ainda Pierucci (1999) que a diferença, ao se converter em uma moeda no campo político, possibilita um rearranjo da representação política. Ao apresentar o exemplo do movimento feminista, o autor estabelece uma tipologia do feminismo segundo três temporalidades, evidenciadas em três princípios distintos, ou, como ele mesmo afirma, em três ondas.¹⁰

¹⁰ PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. 34. ed. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, 1999, parte II. Uma dessas ondas, a terceira, o feminismo é caracterizado como diferencialista, pois: toda diferença, com efeito, para poder representar-se politicamente, deve também, e sempre, demandar o consentimento e o reconhecimento dos representados, o que pressupõe abstração.

Qualquer que seja o marcador que se ressalte, o caminho da abstração é um pressuposto, visto que a possibilidade de reunir todas as interpelações numa única é uma abstração (PIERUCCI, 1999).

Seguindo esse raciocínio que articula identidade-diferença e representação, compreende-se a produção de outras diferenças frente às possibilidades de construção de uma diferença positiva, mas que emerge no mesmo instante da produção de novas diferenças coletivas.

Rouanet (1994, p. 80) afirma que o “tema da identidade e diferença tem a ver com a relação entre o eu e outro, seja dentro do mesmo grupo, seja entre diferentes grupos”. Pensando nessa última relação, apresenta algumas questões e fatos em que os principais envolvidos estão localizados em alguns pontos da Europa, isto é, no seu lado leste¹¹. O “diferencialismo crítico”, segundo o autor, é manifestado com a intenção de proteger as identidades coletivas, direcionando-se para:

[...] exaltação, no registro positivo da diferença negativa inventada pelo opressor, uma forma de reagir ao opressor que reduz a mulher a seu útero e o negro à sua epiderme, afirmando, orgulhosamente, valores uterinos e superioridades advindas da negritude (ROUANET, 1994, p. 84).

Embora as mulheres negras entrevistadas não atribuíssem à epiderme uma superioridade, a negritude ou a raça era condição para o discurso de que “ser mulher negra é ser uma mulher negra, uma mulher cuja identidade é constituída diferentemente da identidade da mulher branca” (BENHABIB; CORNELL, 1991).

Apoiadas no discurso de negação do feminismo e na exaltação da identidade mulher negra que marcava a diferença em relação às primeiras, as mulheres negras buscavam no terreno político o espaço de representação que demarcava a sua especificidade de condição de negra em relação ao movimento negro e, principalmente, em oposição ao feminismo.

A representação se refere aqui ao aspecto da representação das identidades coletivas e, de outro, da representação dos interesses organizados.

Para representar a diferença feminina, mesmo que se fique na chave da auto-representação, é preciso representar ao mesmo tempo as mulheres brancas e negras, as indígenas e a imigrantes, as japonesas, as operárias e as burguesas (PIERUCCI, 1999, p. 115).

¹¹ ROUANET, S. P. Identidade e diferença: uma tipologia. *Sociedade e Estado*. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. nº 1 e 2, jan/dez/ 1994. O autor apresenta a seguinte tipologia que gira em torno de dois conceitos polares de **diferencialismo** e **igualitarismo** (grifos do autor): diferencialismo repressivo, igualitarismo abstrato, diferencialismo crítico e igualitarismo concreto.

A representação dessas identidades supõe assim a capacidade do ator de se nomear e de se fazer reconhecer por outros atores, valendo-se de um processo de lutas que revela as relações sociais nas quais ele se inscreve, e assim provoca uma série de estratégias com vistas a manter, adaptar ou transformar radicalmente essas relações. (PEREIRA, 1994, p.138-139).

A década de 80 representou um marco no avanço da luta das mulheres negras, pois os grupos organizados por mulheres negras passaram a ter uma intervenção mais ampla no cenário político nacional.

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) foi realizado no interior do Estado do Rio de Janeiro na cidade de Valença, contando com a participação de 450 militantes de 17 Estados da federação. Alguns dos objetivos expostos nesse encontro foram: a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política as mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferente vertentes políticas¹².

Esse encontro aponta para a construção da visibilidade e da representação da organização das mulheres negras frente à sociedade, ao movimento negro e ao feminismo; sendo esses dois últimos considerados como os espaços de aprendizagem política da maioria das militantes. Contudo, do ponto de vista da organização das mulheres negras, o entendimento e a inter-relação de raça, classe e gênero têm sido objeto de um debate cheio de obstáculos.¹³

As questões colocadas pelo feminismo e pela ação do movimento feminista eram de difícil compreensão para a maioria das mulheres negras, por se tratar de debates que

¹² Relatório do I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

¹³ O feminismo da década de 80 no Brasil era o feminismo do direito ao corpo; nosso corpo nos pertence e as mulheres negras sempre reivindicavam para além dessas coisas sem discutir o valor dessas questões, mas a inclusão do discurso racial, ou melhor, a presença do racismo dentro do feminismo. Reivindicavam uma outra questão que não essa das mulheres de classe média brancas, ou seja, o direito ao trabalho, direito a creche, direito a casa, direito a auto-imagem, direitos sociais, direito à vida. As feministas não estavam procurando esse tipo de coisas, se quer estavam considerando isso pauta do feminismo. (fala de uma entrevistada durante a pesquisa)

atingem setores médios da população sem atingir o setor mais despossuído, onde se encontra a maioria das mulheres negras.

Desta forma, havia, por parte das mulheres negras, dificuldades de se identificar com as bandeiras de lutas e definições estratégicas no âmbito do movimento feminista. Por outro lado, embora as conquistas do movimento feminista beneficiem todas as mulheres, inclusive as negras, há a necessidade de ressaltar as questões que se referem à Mulher Negra¹⁴, como, por exemplo, as conquistas dos movimentos feministas em relação ao trabalho, no que diz respeito à profissionalização, inserção e melhores condições de execução de suas atividades, embora as negras, em sua maioria continuem a exercer atividades em funções desqualificadas¹⁵.

Verifica-se, no processo de organização do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Feminista uma cisão: de um lado, como já citamos, a incompreensão das mulheres negras do que seja feminismo e, por outro, uma incompreensão das mulheres brancas das questões específicas das mulheres negras. Esse quadro é característico da década de 80, já que, nas décadas posteriores, o questionamento acerca das dificuldades do feminismo em lidar com a diversidade gera uma incorporação de demandas de mulheres negras, proporcionada também pela participação cada vez mais crescente dessas mulheres nos encontros feministas.

O II Encontro Nacional de Mulheres Negras, com o tema “Organização, Estratégias e Perspectivas”, reuniu em Salvador 430 mulheres de 17 Estados do país e tinha como principal objetivo a definição de um Projeto Político Nacional que respondesse à situação da mulher negra, levando em consideração a diversidade social, cultural e política da sociedade brasileira¹⁶.

É a partir desse Encontro, 1991, que a questão da unicidade de mulher negra é apresentada. Transcrevemos as concepções políticas presentes no relatório:

A nossa sociedade é plural, racista e machista. Todas nós somos frutos desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituímos um grupo

¹⁴ Optei para conservar no singular e em maiúscula tal qual aparece na fala de algumas militantes e, em alguns relatórios de encontros, seminários e reuniões nacionais e estaduais. A minha escolha também é para demarcar a abstração criada pelas ativistas do movimento de mulheres negras em torno da entidade Mulher Negra. Mais à frente, discutiremos as reverberações, cisões e tensões quando do desmantelamento dessa universalidade.

¹⁵ QUADROS, W. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.

¹⁶ Conforme Relatório do II Encontro Nacional de Mulheres Negras.

unitário tanto em nível de concepção política, quanto de metodologias de trabalho (RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, p. 4, grifo meu).

O movimento de mulheres negras demarcava sua identidade (abstraindo outros marcadores) por meio do contato e experiência de vida com o racismo. Para efeitos de comprovação, a pele negra, isto é, a condição de negra inscrita no corpo era o elemento identificador dessa mesma condição, que, em contraste com as feministas brancas, determinava a diferença.

Algumas das líderes entrevistadas apontavam para o desmantelamento da identidade Feminina Negra, inclusive comparando-o com o procedimento adotado no Feminismo – quando tomava a identidade feminina como universal – e criticado por muitas delas. Apesar de as mulheres negras travarem uma luta contra a experiência do racismo, as experiências e as relações preservam traços de singularidades:

No Feminismo em geral, achava-se que todas as mulheres eram iguais. As mulheres negras achavam que todas nós éramos iguais. Táí que deu briga. Nós não éramos... Por ser negra também não [...]. É porque deu tudo errado... Quer dizer deu coisa certa, se afirmou a diferença o sinal desse ponto. Mas o que o feminismo fez? Aí rachou porque não éramos todas iguais? As mulheres negras fizeram o mesmo! Aí rachou porque não era possível. Eu era favelada, mas isso não quer dizer que eu não tenha muita diferenças com algumas mulheres que tem mesma origem favelada que eu e continuo. São as demandas. As demandas cotidianas são diferentes. As mulheres negras que permanecem vivendo na favela têm uma demanda cotidiana diferente de quem está vivendo fora da favela, por exemplo, para dar um exemplo, a violência. Quer dizer, isso vai demandar uma outra reação de quem está fora e de quem está dentro. Embora todo mundo acuse a violência em qualquer parte da cidade que esteja vivendo, lá dentro, tá na porta de casa, às vezes dentro de casa. Então é diferente.

No ano de 1993, ocorre o I Seminário Nacional de Mulheres Negras como resultado de uma deliberação do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em 1991, em Salvador, quando a plenária presente propõe um “um tempo para pensar” antes da preparação do III Encontro Nacional¹⁷. A tônica do I Seminário é a garantia de uma política com fins de construção de “um espaço coletivo, democrático, amplo e unitário, de avaliação e reflexão” cuja finalidade seria a formação de uma Comissão Nacional de Mulheres Negras¹⁸.

¹⁷ Esse encontro aconteceu em Belo Horizonte, no ano 1997.

¹⁸ Relatório do I Seminário Nacional de Mulheres Negras. Ainda ocorre nesse mesmo ano o Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras em Itapecerica da Serra no interior paulista, contando com a participação de 55 pessoas de 17 Estados. O objetivo era estimular a participação das mulheres negras no processo de preparação da III conferência Mundial de População e

A avaliação e a reflexão suscitadas nesse Seminário remetiam-se para a visibilidade da luta da mulher negra contra a opressão de gênero, o aparecimento de lideranças de entidades e grupos dos mais variados setores do movimento social, que foram abordadas durante os dois encontros nacionais de mulheres negras.

Identidade e diferença são binômios que se aglutinam nessa luta de negociação para representação política. O campo político é o espaço onde seus membros articulam discursos na esfera pública. Para tanto, o representante da enunciação é aquele que é legítimo para falar e, concomitantemente, exerce um papel relevante para os seus representados¹⁹. Nesse jogo questões que demarcam as cisões no interior do campo são concernentes à próprias negociações que proporcionam construções e reconstruções de identidades.

‘No interior do campo político, as diferenças não desaparecem, ao contrário, “o campo produz um discurso performático de sua identidade e o faz a partir da autoridade que alguns possuem em relação ao conjunto do grupo – e dos espaços institucionais que os grupos têm de se defrontar” (MARQUES, 2000).

A dicotomia igualdade-diferença está presente nos discursos das mulheres negras a ponto de criar uma identidade universal de mulher negra, obscurecendo os inúmeros conflitos decorrentes das diversas tomadas de posições políticas; da condição social; das escolhas sexuais; das escolhas religiosas; da formação escolar, etc. Todas essas interpelações foram estrategicamente encobertas no momento em que foi necessário criar uma identidade representacional no campo político feminista do período do fim dos anos 80 e primeira metade dos 90.

Outra questão característica da década de 90 se refere à auto-identificação como feminista das mulheres negras presentes nos documentos e discursos plenários e encontros tanto nos fóruns feministas como nas reuniões dos movimentos negros. A marca feminista negra se complementava a definição, ou melhor, à concepção acerca do feminismo.

A construção da semelhança só é possível, segundo Marques (2000), sobre o pressuposto da diferença, e é por onde se tecem os fios da identidade, que aqui nesse contexto se evidencia pela peculiaridade que as ativistas formulam uma concepção de feminismo negro:

Desenvolvimento da ONU, que ocorreria em 1994 no Cairo.

¹⁹ BOURDIEU, P. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

Feminismo negro é uma corrente política que busca afirmar a possibilidade de direito de poder das mulheres de exercer espaços significativos na sociedade só que reconhece elementos que o feminismo de classe média não reconhecia para afirmação dessa identidade, desse poder. O feminismo das mulheres brancas reconhecia que para afirmação política vinha uma auto-afirmação individual, era muito maior do que da auto-afirmação da identidade geral que é ser mulher negra. É menos individualista, ainda que também tributário de filosofia individualista, é mais comunitário. Nesse sentido é muito mais próximo, porque ele agrega a ele questões sociais, econômicas e políticas. Não da política do cotidiano que o feminismo das brancas engloba mais, reivindica a política do cotidiano também, das relações interpessoais, embora reconheça o macro como determinante também dessas relações de poder.

Interferir nos processos sociais representava, para o grupo das feministas negras, uma tomada radical de consciência de sua subjetividade feminina negra, construindo, dessa maneira, o sentido de pertencimento à sociedade como tal. As diferenças são tomadas como constituintes e organizativas das sistemáticas relações presentes nos discursos políticos, econômicos e culturais das práticas institucionais ou não.

A luta das mulheres negras é comprometida com o resgate das suas histórias, recriando em suas potencialidades a tentativa de buscar mudanças que permitam novas experiências relacionais de poder na sociedade.

A diferença comparece para que a relação social deva ser entendida como trajetórias contemporâneas e históricas de circunstâncias materiais e práticas culturais na quais se produzem as condições para a construção das identidades dos grupos²⁰.

A procura por um ponto de vista que abarque a pluralidade de experiências existentes entre as mulheres negras reforça a idéia de que, a despeito das diferenças existentes entre essas mulheres, elas dividem a comum experiência de opressão segundo um lugar comum – negra – embora outros elementos como formação escolar, capital cultural possibilitem experiências singulares em frente à opressão racista e sexista.

[...] O fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida “através” do gênero) e de ser mulher (vivida “através” da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras – luta contra sexismo ou contra racismo?, já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política uma não existe sem a outra (BAIROS, 1995, p.461).

No tocante à tensão que se estabelece entre o feminismo e o movimento de mulheres negras contemporâneo, a crise do modelo de mulher universal “abstrata” foi

²⁰Ver especialmente o capítulo 5 de BRAH, A. Cartographies of diáspora: constesting identities. London. New York: Routledge, 1996.

criada pelas feministas tradicionais. Aliado a essa rejeição do modelo universalista da identidade feminina, assiste-se, também, a um afloramento das abordagens teóricas que articulam identidade e diferença.

O movimento de mulheres negras demarcava a sua identidade mediante a negritude que estava inscrita nos corpos das ativistas. Identidade-diferença é binômio que se aglutina nessa luta de negociação para representação política, pois estamos falando do campo político onde seus jogadores precisam articular os discursos na esfera pública. Para tanto, a representante da enunciação, aquela que é legítima para falar, exerce um papel relevante para aqueles que são representados. Nesse jogo, questões que demarcam as cisões no interior do campo são concernentes às próprias negociações que proporcionam construção e reconstrução de identidades.

As diferenças no interior do feminismo: um panorama comparativo

Segundo Caldwell (2000), é nos anos 80 em diante que a primazia das categorias “mulher”, “masculino e feminino”, são questionadas por intelectuais e ativistas dos movimentos das mulheres negras, homossexuais, enquanto categorias duais e universais, visto que a utilização delas implicava em atenção às articulações entre as configurações histórico-sociais e as experiências das mulheres situadas nesses contextos.

Nesse sentido, esse debate introduzido pelas intelectuais não brancas no seio da teoria feminista possibilitou que outras categorias como corpo, raça/cor, nacionalidade fossem tomadas com mais atenção juntamente com gênero. “O movimento para desessencializar a questão de gênero e as identidades de mulheres resultou também num debate sobre o papel da ‘diferença’ na teoria feminista, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, no começo dos anos 90” (CALDWELL, 2000, p. 93).

É no solo norte-americano que black feminism e as intelectuais negras começaram a produzir formulações teóricas de um ponto de vista alternativo, tendo como preocupação os estudos das diferenças de raça, de região, etnia, nacionalidade e orientação sexual etc.

As teorias denominadas de Standpoint Theory contribuíram para articulação raça e gênero, pois criaram possibilidades para desestabilizar a noção do sujeito universal “mulher”, ressaltando as várias identidades construídas pelas mulheres negras em diferentes contextos históricos.

Segundo Collins (1989, p. 47-48),

[...] Primeiro, a posição política e econômica das Mulheres Negras lhes fornece uma visão diferente da realidade material daquelas disponíveis para outros grupos. [...] Segundo, estas experiências estimulam uma percepção peculiar do feminismo negro no que se refere à sua realidade material. Em poucas palavras, um grupo subordinado não só experimenta uma realidade diferente daquela do grupo hegemônico, mas um grupo subordinado pode entender aquela realidade diferentemente da do grupo dominante.

Para além do debate no solo norte-americano os estudos de raça e gênero no Brasil, segundo Côrtes (2005, p. 31), devem considerar que “no caso das mulheres negras, a luta contra a dominação não se focaliza na ruptura com o patriarcado. É preciso considerar as particularidades delineadoras de suas experiências. Mesmo antes da travessia para as Américas, as africanas tiveram trajetórias vinculadas ao domínio público”.

A tardia articulação gênero e raça pelas teóricas feministas brasileiras foi alvo de críticas por parte do segmento do movimento das mulheres negras, já que as pesquisas que davam atenção à questão das experiências racialmente marcadas foram desenvolvidas por pesquisadoras negras, mas, segundo Caldwell (2000), são inexpressivas, pois as pesquisadoras negras ainda constituem minoria ²¹.

O feminismo dos anos 90, segundo uma perspectiva política, ou melhor, como um movimento social ativo, se vincula à luta pelo reconhecimento dos direitos. Para Soares (2004), o feminismo utilizará como recurso o conceito de sujeitos ativos, isto é, aqueles que definem os que são os seus direitos e lutam para o reconhecimento deles. “É a capacidade dos indivíduos de participarem na organização do Estado e da sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas capazes de concretizarem direitos” (BENEVIDES apud SOARES, 2004, p. 172).

A presença das acadêmicas feministas nas universidades brasileiras consolida espaços para a formação do campo multidisciplinar dos estudos de gênero, mas marcadamente constituído segundo diferentes campos disciplinares das Ciências Humanas.

²¹ As lideranças entrevistadas para a realização da pesquisa sobre feminismo negro tinham nível superior de completo, todas com título de mestre, e, do total de dez, três são doutoras. A pós-graduação de todas foi na área de Ciências Humanas. Até a realização da entrevistas, somente uma trabalhava numa instituição de nível superior – da rede privada – e as outras atuavam como ativistas e profissionais de ONGs ou centros de pesquisas, instâncias de veiculação de suas produções.

No campo acadêmico, as pesquisas nos estudos de gênero ganham relevância nos anos 90, abordando temas tais como gênero e relações de trabalho, violência, identidade, diferença, corporeidade, etc. Essa temática foram frutos de muitos estudos e contribuíram para formação de grupos de pesquisas reconhecidas pelas agências financiadoras de pesquisa ao longo do desenvolvimento desse campo de estudos no Brasil

As abordagens acerca da Identidade serão confrontadas com a categoria Diferença, fruto de uma aproximação teórico-conceitual com novas perspectivas que requerem um posicionamento frente à teoria tradicional do sujeito. Hita (2002) relaciona, como inovação nesse campo, as abordagens do Embodiment (Csordas) e as teorias do Standpoint (Donna Haraway)²².

Narrativas pós-modernas vêm sendo caracterizadas, entre outros aspectos, pelo seu lúcido questionamento às premissas da teoria tradicional do Sujeito. Como corolário desta crítica, é importante apagar demarcações nítidas entre o Eu e o Outro, o Branco e o Preto; Homem e Mulher; Corpo e Mente e várias outras dualidades. As fronteiras que delimitavam a identidade passam agora a ser diluídas e transcendidas (HITA, 2002, p. 329).

O desafio que ora se apresenta ao feminismo não é necessariamente pela disputa de espaço no âmbito acadêmico, mas a conciliação entre a produção teórica e a sua recepção pela militância. A preservação das questões que dizem respeito a cada uma das instâncias citadas não deve ser impedimento às negociações e alianças entre os dois segmentos, já que as demandas cotidianas solicitam revisões teóricas e novos posicionamentos políticos.

Um ponto crítico: a questão da igualdade-diferença

Tem sido recorrente no interior dos movimentos sociais de roupagem identitárias advogarem para si um discurso da diferença em contraposição à igualdade.

A diferença tem sido negociada para demarcar espaços de representação no campo político como também uma moeda discursiva que se esvai logo que o alvo da diferença seja atendido. O binômio dicotômico, igualdade-diferença talvez seja evocado

²² HITA, M. G. Igualdade, identidade e diferença(s): Feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, H. B. de; COSTA, R. G; RAMÍREZ, M. C. ; SOUZA, E. R. de. (orgs.). Gênero em Matizes. Bragança Paulista, SP: USF, 2002.

de uma maneira equivocada, já que parece ser um caminho mais coerente pensar como marcadores de gênero, raça e classe se imbricam na configuração das desigualdades na sociedade brasileira.

Para tanto o binômio igualdade-diferença tem sido apropriado por grupos que requerem para si políticas públicas onde os marcadores de gênero e raça se sobressaem mais fortemente. Hita (2002) nos ajuda a pensar no percurso desses binômios por dentro do movimento feminista. Ao Analisar a trajetória das políticas de identidade presenciadas no feminismo nos anos 60 e 70, a autora afirma que binômio igualdade-versus-diferença era um contraponto para o binômio cultura-versus-natureza.

A ressalva que se deve fazer quanto ao artigo de Hita (2002) é que os binômios foram apropriados para pensar uma relação de igualdade-diferença entre homens e mulheres, logo os atributos biológicos eram referenciados para se afirmar ou não a igualdade e/ou a diferença:

Mesmo reconhecendo a existência inevitável de diferenças anatômicas entre homens e mulheres, essa corrente analisava que não se poderiam derivar qualidades inatas distintas entre ambos os sexos a partir dessas diferenças. As diferenças de “gênero” ou “sociais” identificados nos comportamentos de ambos os “sexos” eram entendidas como resultados de construção cultural, social e histórica e não de um determinismo biológico, portanto, passíveis de transformação. Além disso, para essa vertente, herdeira do iluminismo ocidental, igualdade significaria a substituição de relações de opressão por outras relações livres entre seres livres e “iguais”, confundindo, de certa forma, Igualdade com Identidade. Ser iguais significa em certa medida ser “idênticos” – um pressuposto de humanidade universal que apagaria as diferenças. Ser diferentes significa ser desiguais para esta perspectiva. Para a tradição iluminista a igualdade pareceria estar passando pela identidade: não se pode ser Homem a não ser de uma única maneira²³.

As feministas negras aqui estudadas se apóiam num discurso produzido pelo feminismo nos anos 70 para reivindicar sua especificidade enquanto mulheres negras. A questão aqui, diferentemente daquele discurso que reivindicava igualdade de direitos para mulheres em geral, se apóia na busca de direitos baseado na diferença da cor/raça.

Por esse caminho ao se apregoar a diferença as feministas negras caíram no perigo de essencializar a identidade feminina negra a partir dos atributos raciais e que eram afirmativos da singularidade perante as mulheres brancas.

²³ HITA, M. G. Igualdade, identidade e diferença(s): Feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, H. B. de; COSTA, R. G; RAMÍREZ, M. C. ; SOUZA, E. R. de. (orgs.). Gênero em Matizes. Bragança Paulista, SP: USF, 200, p. 325-326. Todas as aspas são da autora.

Para essa corrente “diferença” não é necessariamente sinônimo de desigualdade e não é negando-a que será possível avançar no problema da erradicação da opressão feminina; ao contrário, é necessário afirmá-la, de modo que possam ser criados valores positivos em torno dela a partir de uma repolitização dos aspectos negados pela outra corrente.²⁴

Esse é o caminho das referidas políticas afirmativas que no feminismo negro brasileiro foi instrumento para a formação de ONG de mulheres negras que subsidiam a formulação de políticas sociais voltadas para esse setor.

A singularidade da questão racial já foi apontada ainda que seja necessário entender, ou melhor, elucidar como funcionariam os paradoxos apontados por Scott (2005) no debate sobre igualdade e diferença e direitos individuais e identidade de grupos no qual estão intimamente imbricados com as políticas de ações afirmativas segundo a mesma.²⁵

O artigo da autora acima citada não tem como intenção nenhuma conclusão, ao contrário, os paradoxos apontados são pistas interessantes para pensarmos como solucionarmos a garantia dos direitos individuais e dos grupos sociais. A autora argumenta que o princípio da igualdade foi formulado pensando no indivíduo e que a dificuldade quando se pensa em termos de identidade de grupo reside na impossibilidade de se formular uma categoria suficientemente abrangente a todos os indivíduos de um determinado grupo.²⁶ Os paradoxos apresentados por Scott (2005) são estes:

1)A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente; 2) identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade; 3) reivindicação de igualdade envolvem aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão.²⁷

Para cada ponto acima citado a autora apresenta um argumento; para o primeiro seu argumento resgata o princípio da igualdade da Revolução Francesa que restringia a cidadania aos escravos, pobres e considerados não autônomos o suficiente para exercerem a cidadania.

²⁴ HITA, M. G. *op.cit.*, p. 326.

²⁵ SCOTT, J. O enigma da igualdade. In: Estudos Feministas. Florianópolis, 13 (1), janeiro-abril/2005.

²⁶ SCOTT, *op.cit.*, 2005.

²⁷ SCOTT, *op.cit.*, 2005, p. 15.

Já nesse momento ressalta Scott (2005, p. 15-16): “diferenças de nascimento, de posição, de status social entre homens não eram levadas em consideração naquele momento; diferenças de riqueza, cor e gênero, sim”.

De uma perspectiva bastante inteligente Scott encerra seu percurso analítico em relação ao primeiro ponto afirmando que o modelo de igualdade tem se modificado e que os atributos como raça e sexo não são motivos que evitam alguém de votar, mas que comparecem como marcadores diferenciais no acesso aos bens sociais.

Seguindo esse raciocínio, essa igualdade que não se manifestou na prática da vida material, foi solo fértil para o surgimento ou a formação de grupos que requeriam inclusão e acesso aos bens sociais.

As identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação aos outros – que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero.²⁸

A diferença baseada na identidade racial foi muito ressaltada pelas feministas negras brasileiras durante o final dos anos 80 e a primeira metade dos anos 90 em detrimento da identidade de gênero. Importava a diferença racial e não a desigualdade positivada pelo marcador racial. Não se cogitava a articulação de como gênero, raça e posição social contribuía para reforçar a desigualdade e dificultar ascensão de segmentos negros e de mulheres.

Diferenças de fato não existiam já que tanto feministas brancas e negras no contexto brasileiro tinham como principal alvo de críticas a cultura opressora e as suas estruturas simbólicas que impediam o reconhecimento das necessidades desses segmentos, que aos poucos foram se descortinando pelas pesquisas estatísticas.

Scott acrescenta que “as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiriam a igualdade”.²⁹ Ao corroborar com o fundamento da política liberal que tem como princípio toma o indivíduo como uma abstração e sem corpo (SCOTT, 2005.) as ações afirmativas tem

²⁸ SCOTT, *op.cit.*, 2005, p. 18.

²⁹ SCOTT, *op.cit.*, 2005, p. 20.

como pressuposto a garantia da igualdade a indivíduos que não foram enquadrados como iguais. Por esse caminho apresentado como paradoxo por Scott nos leva a compreensão de que a igualdade é uma abstração embora sua garantia seja legal.

Na sociedade, entretanto, os indivíduos não são iguais; sua singularidade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como categóricas. A identidade de grupo é o resultado dessas distinções categóricas atribuídas (de raça, gênero, de etnicidade, de religião, de sexualidade... a lista varia de acordo com o tempo e espaço e proliferou na atmosfera política da década de 1990).³⁰

As abordagens sobre identidade e diferença tiveram o suporte das manifestações das ditas minorias que se posicionavam contrariamente a “hegemonia” da dita maioria branca. Ao adotar um discurso autocentrado nas suas especificidade aliadas as contribuições dos debates pós-modernos, essas minorias através de suas reivindicações colocaram em xeque o princípio da igualdade.

No interior desse terreno movediço a coerência que se tem adotado é afirmar que as certezas e os caminhos para essa questão devem ser percebidos dentro de cada contexto específico, articulando-se preferencialmente as micros e macro relações. Outra característica que se observa nesse debate é que raramente se problematiza a igualdade-versus-desigualdade; a escolha tem se dado pela igualdade-versus-diferença.

Nancy Fraser (2002) propõe que a teoria de gênero seja analisada de uma maneira bidimensional, ou seja, “gênero deve comparecer como uma categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da distribuição e a dimensão do reconhecimento.”³¹

A proposta de Fraser é fundamentada na crítica nas conceituações de gênero como “identidade”, ou como essa categoria foi arrolada nas políticas de identidade assim como a raça. As políticas de identidade ou como a autora define “as lutas de gênero têm ajustado seu foco – cada vez mais, e mais recentemente – na identidade e representação, assim causando a subordinação das lutas sociais às lutas culturais, e das políticas de redistribuição às políticas de reconhecimento”.³²

³⁰ SCOTT, *op.cit.*, 2005, p. 23.

³¹ FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C. , UNBEHAUM, S. G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC : ED. 34, 2002, p. 64.

³² FRASER, N. *op. cit.* p. 62.

Ao demonstrar a desatenção das lutas feministas às lutas sociais, Fraser (2005) não sugere uma relevância das políticas de redistribuição em detrimento às políticas de gênero, ao contrário, a sua sugestão é que haja uma articulação entre essas duas frentes acima citadas: questões distributivas e lutas de reconhecimento que envolvem questões como diferença, identidade e representação.

Quando as duas perspectivas se combinam, gênero emerge como uma categoria bidimensional, que contém tanto uma face política e econômica quanto uma face discursivo-cultural – a primeira trazendo consigo o âmbito da redistribuição e a segunda, simultaneamente, o âmbito do reconhecimento. Além disso, nenhuma dessas dimensões é meramente efeito indireto da outra. A bem da verdade, as duas dimensões – de reconhecimento e de distribuição – interagem entre si. Porém, a má distribuição de gênero não é simplesmente um subproduto da hierarquia de status, assim como o reconhecimento equivocado de gênero não é inteiramente um subproduto da estrutura econômica. Ao contrário, cada dimensão tem uma relativa independência em relação à outra. Nenhuma delas, portanto, pode vir a ser completa e indiretamente remediada se usarmos receitas prescritivas exclusivamente para outra.³³

Assim como gênero, raça também pode ser pensado como uma categoria bidimensional que se apresenta na sociedade brasileira como um marcador de classe e status. Ao refletir sobre a proposta de Fraser acerca de uma justiça de gênero onde essa categoria teria duas dimensões que se relacionaria imbricadas, Pinto (2005) inicia sua argumentação preocupada com o chamado dilema brasileiro, isto é, “encontro de um regime democrático liberal com os altos níveis de desigualdade social”.³⁴

Pinto prossegue no seu artigo apresentando elementos que caracterizam o Brasil como uma sociedade democrática, mas que se mostra ineficiente frente ao quadro da desigualdade social. A pobreza segundo Pinto (2005) deve ser olhada com mais atenção quando o foco é a nossa sociedade, pois atinge preferencialmente mulheres e negros. Crítica do modelo de desenvolvimento econômico adotado no país aposta no aprofundamento da democracia onde seja possível uma ampliação das formas de participação principalmente dos setores mais excluídos.

O arranjo da democracia liberal não é capaz de dar conta da complexidade da sociedade contemporânea; a representação nos corpos legislativos não pode continuar a ter monopólio da participação política, a ela devem ser acrescentadas outras formas de participação que permitam a expressão de

³³FRASER, N. *op. cit.* p. 65.

³⁴ PINTO, C. R. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: In: BRUSCHINI, C., UNBEHAUM, S. G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002, p. 81.

demandas de novas identidades ou de grupo historicamente excluídos; a sociedade civil é o locus privilegiado da expansão e da organização das novas formas de participação³⁵.

Para pensar a desigualdade social no Brasil, Pinto se apóia em trabalhos de Fraser que tem como temas redistribuição e reconhecimento, além de enfatizar a participação e a forma de participação na esfera pública. Não podemos esquecer o olhar de Pinto se volta para o Brasil, e, portanto sua atenção se resume na seguinte indagação: “até que ponto é possível políticas de redistribuição no Brasil, mantendo-se o grau de não reconhecimento existente no país?”³⁶

Ao enfrentar essa questão que se reveste da relação distribuição, ou melhor, redistribuição-reconhecimento, podemos apontar como uma pista para vencer as políticas da identidade que foram prioridades no interior do feminismo negro brasileiro. A ressalva que deve ser feita é endossada também pela capacidade que essas políticas de identidade tiveram ao abalar “a universalidade do universal” (PINTO, 2005, p.84)³⁷, mas que se esgotaram pela sua incapacidade de atacar as profundas desigualdades da nossa sociedade.

A identidade étnico-racial como um atributo positivo de diferenciação das feministas negras serviu como uma ponte que as conduziram para a própria representação política no campo feminista. Entretanto, como é apresentado nas estatísticas o segmento da população negra no Brasil ainda é atingido pelos lentíssimos ritmos de ascensão social.

É complicado pensar numa solução para essa questão que não leve em consideração a desigualdade e a falta de reconhecimento. O momento nos leva para uma junção de questões da redistribuição e do reconhecimento, no contexto da sociedade brasileira que enfrenta níveis de pobreza que afetam a dignidade da pessoa humana.

³⁵ PINTO, C. R. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: In: BRUSCHINI, C. , UNBEHAUM, S. G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002. p. 83

³⁶ PINTO, *op. cit.*, p. 86.

³⁷ Aspas da autora.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

BRAH, A. *Cartographies of diáspora: constesting identities*. London.; New York: Routledge, 1996.

GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil Contemporâneo: o Percurso Intelectual de um Ideário Político. *Boletim Informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 28, 1989.

HITA, M. G. Igualdade, identidade e diferença(s): Feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, H. B. de; COSTA, R. G; RAMÍREZ, M. C.; SOUZA, E. R. de. (orgs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista, SP: USF, 2002.

KNOWLES, C.; MERCER, S. Feminism and antiracism: an exploration of the political possibilities. *Race, Culture & Difference*, London: Sage Publications, 1992.